CLIPPING INTERNET

01/08/2021 ATÉ 01/08/2021

comunicação & informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 BLOG ANTÔNIO FILHO MIRANTE..... 1
2 DECISÕES
2.1 RÁDIO NOTÍCIA MARANHÃO..... 2
3 ESMAM
3.1 SITE O MARANHENSE..... 3
4 EVENTOS
4.1 SITE O MARANHENSE..... 4
5 INSTITUCIONAL
5.1 BLOG JORGE ARAGÃO..... 5
5.2 SITE JORNAL PEQUENO..... 6
6 POSSE
6.1 SITE O MARANHENSE..... 7
7 PRESIDÊNCIA
7.1 SITE O MARANHENSE..... 8
7.2 SITE PORTOS MA..... 9

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
01/08/2021 - BLOG ANTÔNIO FILHO MIRANTE
POSITIVA
TJMA INCENTIVA O NÃO USO DE PLÁSTICO

TJMA INCENTIVA O NÃO USO DE PLÁSTICO

A INICIATIVA FAZ REFERÊNCIA À CAMPANHA PLASTIC FREE JULY OU JULHO SEM PLÁSTICO DE 2021 DE UMA ONG AUSTRALIANA.
TJMA incentiva o não uso de plástico

Como uma forma de reduzir o consumo de plásticos, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi o primeiro tribunal do país a eliminar, em 2017, a compra de copos descartáveis com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com inspiração na campanha internacional “Julho sem Plástico”, em mais uma iniciativa visando a sustentabilidade, o Poder Judiciário Maranhense, por meio do Núcleo Socioambiental, presidido pelo desembargador Jorge Rachid, incentiva magistrados, magistradas, servidores e servidoras da Justiça para a não utilização de plástico: "TJMA sem Plástico".

O projeto, em referência à campanha Plastic Free July ou Julho Sem Plástico de 2021, idealizada pela Organização Não Governamental (ONG) australiana Plastic Free Foundation, propõe a eliminação do consumo de itens plásticos de uso único, a exemplo cotonete, canudinho e copo descartável.

O objetivo, no Poder Judiciário Maranhense, é conscientizar magistrados, magistradas, servidores e servidoras em relação à mudança de comportamento quanto à ressignificar a produção e o uso de materiais plásticos, e tem como base a Agenda 2030 que traz dentre as metas, reduzir, até 2030, substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Julho Sem Plástico 2

AÇÕES NO JUDICIÁRIO MARANHENSE

Além da destinação correta de materiais plásticos, o TJMA também se preocupa com a diminuição do consumo de plástico durante a rotina diária. Em 2017, por meio de uma iniciativa do Núcleo de Gestão de Sustentabilidade, houve a substituição dos copos descartáveis por e-copos biodegradáveis e canecas de fibra de coco, distribuídos para todos os servidores, servidoras, magistrados, magistradas e público externo, o que fez com que o Poder Judiciário deixasse de consumir mais de 20 milhões de copos descartáveis no meio ambiente.

A medida gera a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados e o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público. Além disso, ela se relaciona com o ODS Nº 12 em relação ao Uso Eficiente de Insumos e Materiais.

Julho Sem Plástico 3

USO DE PLÁSTICO NO BRASIL

A popularização do plástico no cotidiano das pessoas fez com que aumentasse o consumo desses materiais,

tornando-se comum ver diversos produtos que utilizam plásticos no dia a dia. Porém, isso vem trazendo preocupação, pois, conforme especialistas, o Brasil é quarto maior produtor de lixo do mundo – perdendo para os Estados Unidos, China e Índia, e recicla apenas 3% de todo o lixo produzido.

Os brasileiros produzem 11.025 milhões de toneladas por ano, e se o consumo continuar desenfreado, em 2050 o mar terá mais plástico do que peixes, segundo a ONU Meio Ambiente, e isso tem consequências para a população, já que ao ingerir animais que comem materiais plásticos, as pessoas também ingerem resíduos de plástico que fazem mal à saúde. Dessa forma, adotar medidas para que se reduza o consumo desses materiais e a conscientização quanto ao descarte adequado é essencial para evitar problemas mais graves no futuro.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
01/08/2021 - BLOG JORGE ARAGÃO
NEUTRA
Outro importante apoio para Diego Sá na disputa da OAB-MA

Outro importante apoio para Diego Sá na disputa da OAB-MA

por Jorge Aragão
01 ago 2021
A secretária geral Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Maranhão, a advogada Ananda Farias, experiente em política da OAB, com uma vasta trajetória, declarou, no início da manhã deste domingo, seu apoio à pré-candidatura do advogado Diego Sá , que vem ganhando corpo nos últimos dias.

Transparência, independência, e necessidade de alternância de poder na Ordem foram os motivos, que a levaram a declarar o apoio à oposição da atual gestão da OAB-MA, em sua rede social.

Procurada por este blog, Ananda Farias disse que seu posicionamento expressa a insatisfação com o modelo de gestão que vem sendo praticado na Ordem.

“Essa prática de gestão que está aí se exauriu, na medida em que deixamos de ser transparentes, como sempre cobramos dos outros poderes, como o Executivo, o Legislativo e o próprio Judiciário, perdemos o verdadeiro sentido e deixamos de representar a causa maior : a advocacia e a sociedade” pontou a secretária geral da OAB. “É hora de darmos voz e vez a pessoas com novas ideias, que discutem sobre o coletivo e com todos, com uma visão ampla sobre esse novo momento”, complementou .

Chama atenção que os outros dois diretores da OAB-MA, respectivamente, vice-presidente, Heleno Mota e a secretária adjunta, Valéria Regino, também não apoiem a atual gestão encabeçada por Thiago e Kaio. Mas isso é história para outra postagem.

É aguardar e conferir.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
01/08/2021 - RÁDIO NOTÍCIA MARANHÃO
POSITIVA
TJ-MA manda a Operação 'Laços de Família' para TRF-1

TJ-MA manda a Operação 'Laços de Família' para TRF-1

Deputado Júnior Lourenço (Foto: Reprodução)
As investigações sobre supostos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa que resultaram na Operação Laços de Família, deflagrada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas) no mês passado, serão encaminhadas para o TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região.

A decisão foi tomada nesta quinta-feira (29) pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, em julgamento de habeas corpus impetrado pela defesa do empresário Tiago Val Quintan Pinto Frazão.

Os desembargadores acolheram o entendimento sustentado pelo advogado Alex Ferreira Borralho, que também defende outros dez investigados, de que a Justiça estadual é incompetente para conhecimento e processamento de eventual ação penal para julgar o caso, e de que houve irregularidade procedimental nas investigações realizadas pelo Gaeco.

Com a decisão, o TRF-1 terá de ser pronunciar sobre a validade das investigações feitas na esfera estadual.

“A investigação ensejadora da ‘Operação Laços de Família’ envolve verbas federais, passando a apuração administrativa a ser de interesse da Justiça Federal, ficando clara a existência de interesse da União. O que os desembargadores reconheceram foi a aplicabilidade do contido no artigo 109, inciso IV, da Carta Republicana Federal”, defendeu Borralho.

Deflagrada com auxílio da Seccor (Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção), da Polícia Civil do Maranhão, a Operação Laços de Família teve como como principal alvo o ex-prefeito de Miranda do Norte, Júnior Lourenço (PL), atualmente deputado federal, que também teve habeas corpus concedido pela 2ª Câmara Criminal do TJ-MA, na mesma sessão.

Segundo o Ministério Público do Maranhão, as investigações foram iniciadas a partir de denúncia do TCU (Tribunal de Contas da União). No bojo da apuração, foram identificados desvios de recursos do município, no período de 2009 a 2020, respectivamente, durante as gestões de Júnior Lourenço e do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
01/08/2021 - SITE JORNAL PEQUENO
NEUTRA
Nome do advogado Diego Sá movimenta bastidores da eleição na OAB

Nome do advogado Diego Sá movimenta bastidores da eleição na OAB

Candidato tem 35 anos, exerce a advocacia há 12, e está à frente da presidência da CAAMA desde 2016.
Fonte: Redação/Assessoria
Data de publicação: 01/08/2021

Diego Sá lançou seu nome à pré candidatura da OAB-MA para o triênio 2022-2024 (Foto: Foto: Divulgação)

Construir um novo modelo de gestão que alavanque o protagonismo da OAB-MA, tornando-a uma entidade forte, coletiva, atuante e mais presente no dia a dia da categoria. É no intuito de atender aos anseios da advocacia maranhense, que o advogado e atual presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão (CAAMA), Diego Sá, recebeu a indicação e lançou seu nome à pré-candidatura da OAB-MA para o triênio 2022-2024.

As pretensões de Diego Sá são consensuais com diversos grupos de advogados que fazem oposição à atual gestão da Ordem no Maranhão.

O advogado e militante Diego Sá tem 35 anos, exerce a advocacia há 12, e está à frente da presidência da CAAMA desde 2016.

Além de ser o atual coordenador nacional de Esporte da Caixa de Assistência dos Advogados do Brasil, Diego se destaca na área Civil, Processual Civil e Trabalhista, sua especialidade.

Com uma vasta experiência jurídica e de gestão, Diego Sá afirma que tem firmado compromissos com as causas da advocacia maranhense. O candidato tem elencado uma série de problemas enfrentados na atualidade pelos advogados do Maranhão, entre eles, o descumprimento da defesa das prerrogativas da classe, a desvalorização do profissional e a ausência de uma gestão democrática e transparente por parte da OABMA.

“Precisamos mudar essa conduta que vem sendo praticada na OAB. Por isso, venho realizando diversos diálogos, unindo forças, no corpo a corpo com os advogados e apresentando uma proposta de gestão que preza pela manutenção da assistência aos advogados, com foco na humanização das ações e da concretização dos direitos da classe. Esse é o nosso lema”, destacou Diego Sá.

Em um diálogo amplo e democrático, o presidente da CAAMA, tem acumulado uma rotina de alternância de pautas referentes à Caixa de Assistência dos Advogados e aos assuntos pertinentes à Ordem, a exemplo das dificuldades enfrentadas pela maioria dos profissionais em seus escritórios.

“Tenho visitado muitos escritórios e conversado com os colegas para partilhar um pouco das angústias em relação a gestão da Ordem. Sabemos que é um momento delicado, mas ao mesmo tempo, precisamos de uma gestão na Ordem sensível a essa realidade. O advogado quer uma entidade que contribua, que esteja do lado dele, que entenda as reais necessidade de quem está começando e, também, de quem já está na atividade por muito tempo. Para se ter uma OAB forte é necessário que toda a advocacia esteja unida, que todas advogadas e

advogados se sintam representados pela OAB", frisou.

O advogado reitera que sua candidatura busca derrubar a estagnação da OAB-MA. "Identifico toda movimentação política de forma muito tranquila, pois entendo que o processo eleitoral é algo indissociável do espírito republicano e democrático da nossa entidade. Agora, é extremamente importante separarmos a gestão da entidade, das discussões políticas, sob pena de trairmos o próprio objetivo de representar a todos os advogados e advogadas do Maranhão. Entendo que todos os colegas possuem legitimidade para pleitear um cargo na Ordem, isso é bom para quem quer trabalhar e entregar, de verdade, sua vida à uma causa coletiva. Por isso estamos realizando diversas articulações com outros grupos opositores, o que tem sido muito bom para o coletivo", complementou.

O pré-candidato afirmou que, diante da atual conjuntura, a gestão da OAB precisa de um gestor de fibra, forte e independente. "Mais do que nunca precisamos de gestores que tenham experiências em crises com um olhar voltado à resolução de conflitos de forma efetiva e de resultado. Infelizmente ainda vamos passar por muitos obstáculos e ainda temos muitas incertezas, por isso temos que ter uma equipe preparada para responder às demandas da Advocacia de forma rápida e em todas as pautas", citou.

Diego Sá elencou alguns pontos e demandas de enfrentamento que a advocacia do Maranhão exige de um gestor à frente da Ordem. "O acesso ao Sudiciário, a morosidade da justiça, a defesa de prerrogativas, a valorização da classe são caminhos importantes a trilhar, sem deixar de atuar e ampliar a assistência dos colegas e de seus familiares todos os dias. Isso que a advocacia quer e precisa", enumerou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - ESMAM
01/08/2021 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Secap formaliza parceria com a UEMA e potencializa aperfeiçoamento técnico de prefeitos, servidores municipais e estaduais

Secap formaliza parceria com a UEMA e potencializa aperfeiçoamento técnico de prefeitos, servidores municipais e estaduais

31/07/2021 19:01:00

Para garantir o aperfeiçoamento e a qualificação de gestores públicos municipais e servidores municipais e estaduais, a Secretaria de Articulação Política (Secap), por meio do Programa Promunicípios, formalizou na quinta-feira (29) uma ampla parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

A parceria proporcionará o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, com a finalidade de integração institucional e aperfeiçoamento técnico de recursos humanos, com ênfase na pesquisa e realização de atividades acadêmicas, notadamente cursos de capacitação e atualização, fóruns, eventos, conferências, seminários, encontros, debates e palestras de interesse público, que beneficiará prefeitos dos 217 municípios do estado, assim como, a capacitação a servidores municipais e estaduais melhorando consequentemente o atendimento ao cidadão maranhense.

"Já estamos trabalhando muito para ampliar a qualificação para todos os municípios maranhenses e muitas parcerias já foram firmadas, neste momento a UEMA entra como mais uma instituição potencializadora e que irá garantir a mútua cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural melhorando ainda mais a assistência a todos os municípios", disse o titular da Secap, Rubens Jr.

A Secap já possui parceria técnica firmada com a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (Esmam), Escola de Governo (EGMA), Plataforma +Brasil, Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), Tribunal de Contas da União (TCU), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e agora a UEMA.

"Eu fico muito feliz em nos reunirmos em torno de um programa que eu entendo ser um dos maiores do Governo Flávio Dino. O assessoramento técnico é uma necessidade dos municípios e essa parceria vem para melhorar isso", argumentou o reitor da UEMA, Gustavo Pereira.

Promunicípios

O Programa de Assistência Técnica aos Municípios (Promunicípios) é uma ferramenta de gestão capaz de contribuir para melhorar a captação de recursos federais e estaduais; assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos investimentos governamentais, bem como melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão nas municipalidades, democratizando o acesso aos serviços públicos.

O Comitê Gestor do Promunicípios, criado pelo Decreto nº 36.575, de 10 de março de 2021, é constituído pela Secretaria de Articulação Política (Secap), pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan), Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE) e pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc).

A plataforma com os cursos e demais informações pode ser acessada por meio do link: http://portal.promunicipios.ma.gov.br/

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - EVENTOS
01/08/2021 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Judiciário destaca a pluralidade da mulher negra

Judiciário destaca a pluralidade da mulher negra

01/08/2021 09:09:00

Em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e ao Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, comemorados em 25 de julho, o Tribunal de Justiça do Maranhão dá visibilidade às vivências e conquistas de mulheres negras, marcadas por inúmeras lutas.

A iniciativa foi idealizada pelo Comitê de Diversidade, instituído pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, e coordenado pelo juiz Marco Adriano e juíza Elaile Silva Carvalho, (coordenadora adjunta).

A programação recebeu o apoio da Assessoria de Comunicação do TJMA e consistiu em homenagens referentes à data como publicações especiais nas redes sociais, produção de vídeo, realização de bate-papo virtual e reportagem especial nos canais oficiais do Judiciário maranhense.

FALAS NEGRAS

Do dia 26 de julho até esta sexta-feira (30), foram realizadas publicações específicas nas redes sociais do Tribunal de Justiça do Maranhão (instagram e facebook) com destaque para as falas e experiências de mulheres no contexto das crenças, religiões, trabalho, profissão e estudos de acordo com a temática "Sou Mulher Negra. Somos Diversas".

A analista judiciária e membra do Comitê de Diversidade, Joseane Cantanhede, foi uma das colaboradoras da programação alusiva. Ela enfatiza a importância da celebração do dia 25 de julho. "Vozes plurais celebram o fortalecimento da identidade da mulher negra e oportunizam a compreensão das questões interseccionais, pois há enorme diferença nas construções sociais de ser mulher e ser mulher negra. Nesse processo torna-se possível práticas antirracistas para construção de uma sociedade mais igualitária", acentuou.

VÍDEO

Como reconhecimento pelo protagonismo da mulher negra, presente em diversas áreas da Justiça, a Assessoria de Comunicação Social do TJMA produziu vídeo com o objetivo de exaltar e dá voz à vida e obra de mulheres, dando visibilidade às suas contribuições para a sociedade.

O vídeo com as falas e experiências de mulheres de acordo com a temática "Sou Mulher Negra. Somos Diversas" já está disponível no canal oficial do Tribunal, no Youtube

RODA DE CONVERSA

Com a participação de mulheres com diferentes experiências, o Poder Judiciário realizou uma bate-papo virtual sob a temática "Mulher negra, espaço de poder, vivências e conquistas", com transmissão pelo

youtube/tjmaoficial.

A roda de conversa, conduzida por duas servidoras e membras do Comitê de Diversidade, contou com a participação de cinco mulheres que promoveram momentos de diálogo, reflexão e sensibilização sobre lutas, quebra de paradigmas e fortalecimento da mulher negra e da sua representatividade a partir de suas vivências em espaços e realidades diversas.

O diálogo teve a participação da juíza de Direito e membra do Comitê de Diversidade, Adriana Chaves; da secretária-adjunta de Governo do Maranhão, Cricielle Muniz; da vice-prefeita de São Luís (MA), Esmênia Miranda; da advogada e diretora executiva do Instituto da Cor ao Caso, Anita Machado e da poeta e educadora social, Pietra de Ofá.

Mulher trans, travesti, poetisa e educadora social, Pietra de Ofá destacou a realidade de violência e a discriminação que as mulheres trans enfrentam diariamente. "Eu quero ter acesso ao lazer, a cultura, poder adentrar um teatro, restaurante, e não ser vista como objeto sexual e não ser vista pela família tradicional brasileira como algo errôneo que não deveria estar ali", desabafou.

Para dar destaque ao 25 de julho, também foi publicada matéria com informações sobre a história e fatos que deram origem ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - POSSE
01/08/2021 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Presidente do TJMA empossa juízes em comarcas do interior

Presidente do TJMA empossa juízes em comarcas do interior

01/08/2021 20:01:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, empossou juízes de Direito nas comarcas de Pio XII, Pastos Bons e Senador La Roque, representados pelo juiz Holídice Cantanhede, por instrumento de procuração. As posses aconteceram no Gabinete da Presidência, na última terça-feira, dia 27.

O magistrado Gabriel Almeida Caldas tomou posse no cargo de juiz titular da comarca de Pio XII, de entrância inicial. Ele teve pedido de remoção pelo critério de antiguidade aprovado pelo Plenário do TJMA, em sessão Administrativa do dia 21 de julho, deixando a comarca de Turiaçu.

O juiz Adriano Lima Pinheiro também foi removido a pedido na mesma sessão, pelo critério de merecimento. Ele tomou posse no cargo de juiz titular da comarca de Pastos Bons, deixando a comarca de Bacuri, ambas de entrância inicial.

Já o magistrado Huggo Alves Albarelli Ferreira, que era titular da comarca de Olinda Nova do Maranhão, foi empossado no cargo de juiz titular da comarca de Senador La Roque, ambas de entrância inicial. Ele também foi removido a pedido, com aprovação do Pleno na mesma sessão do dia 21 de julho.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
01/08/2021 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Presidente do TJMA recebe cópia de processo histórico durante solenidade

Presidente do TJMA recebe cópia de processo histórico durante solenidade

31/07/2021 16:00:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, recebeu, nesta sexta-feira (30), do presidente do Tribunal Marítimo, vice-almirante Wilson Lima Filho, cópia do processo referente ao histórico incêndio ocorrido, em 1954, com a embarcação "Maria Celeste". O documento foi entregue durante solenidade oficial realizada no Salão Nobre do TJMA.

Na abertura do evento, o presidente da Corte de Justiça, desembargador Lourival Serejo, fez um breve relato histórico sobre o fato, que ganhou grande repercussão à época, e enfatizou a relevância do momento para a preservação da memória maranhense. "Essa iniciativa é de extrema importância para a preservação da memória do nosso Estado. Afinal, esse acidente, ocorrido com a embarcação Maria Celeste, povoou o imaginário de toda uma geração da nossa sociedade maranhense. O fato ficou registrado em nossas memórias e, a partir de agora, fará parte do nosso acervo histórico", pontuou.

Na oportunidade, o desembargador Lourival Serejo enfatizou que os autos também irão compor o acervo do Museu do Tribunal de Justiça do Maranhão, que será inaugurado em breve. O projeto atende a uma das metas prioritárias da atual gestão. "O nosso Tribunal tem se empenhado bastante em registrar e perpetuar esses dados históricos, tanto da Justiça, que é considerada hoje o maior repositório histórico de pesquisa do Maranhão, quanto da nossa cidade de São Luís. Me sinto muito honrado com essa iniciativa, que beneficiará inúmeros pesquisadores e pesquisadoras. É um grande presente para todos nós", frisou o presidente, registrando agradecimentos especiais a toda a Comitiva do Tribunal Marítimo que contribuiu para a concretização desse projeto.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Vélten Pereira, enfatizou a importância da parceria firmada entre o Judiciário maranhense e o Tribunal Marítimo para o trabalho de resgate da memória histórica realizado pelo Tribunal de Justiça. "Tudo que vem pra somar à nossa memória é muito importante. O Tribunal Marítimo acolheu prontamente a demanda da Justiça maranhense, com a entrega da cópia dos autos acerca desse trágico acidente. Com essa ação, o Tribunal de Justiça do Maranhão reforça o seu papel de resgate da memória histórica, dando um grande exemplo, como Corte de Justiça. A iniciativa oferecerá uma contribuição significativa para a sociedade, fruto dessa importante parceria", ressaltou.

O presidente do Tribunal Marítimo, vice-almirante Wilson Pereira de Lima Filho, afirmou que a iniciativa irá contribuir para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Estado e parabenizou o Judiciário maranhense pelo exitoso trabalho realizado nessa área. "A iniciativa faz parte de um conjunto de políticas políticas que o Tribunal de Justiça vem, muito acertadamente, realizando para o resgate e preservação do patrimônio histórico e cultural. Além disso, a disponibilização dos autos visa fomentar a conscientização sobre a importância da segurança da navegação, neste Estado vocacionado para o mar. É preservando a memória que se constrói a nossa história", destacou.

Compareceram à solenidade os desembargadores do TJMA Jorge Rachid Mubárack Maluf, Marcelino Chaves Everton, Kleber Costa Carvalho e a desembargadora Maria Francisca Gualberto de Galiza; os juízes auxiliares

da Corregedoria Geral de Justiça Raimundo Bogéa e José Nilo Ribeiro Filho; o capitão de Fragata André Vinícius Faro Nunes, no ato representando o comandante da Capitania dos Portos do Maranhão; a presidente da Comissão de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro da OAB/MA, Najla Buhatem Maluf; o assessor de Justiça e Legislação do Tribunal Marítimo, capitão de Corveta, tenente Jones de Sousa Silva.

Também prestigiaram o evento o diretor geral do TJMA, Mário Lobão; o diretor de Segurança Institucional do Tribunal, coronel da Polícia Militar Alexandre Magno; a coordenadora da Biblioteca e Arquivo, Cíntia Andrade, a chefe da Divisão de Legislação, Marley Sousa; os advogados marítimos Carmem Lúcia Pimenta e Matusalém Gonçalves Pimenta; a esposa do presidente do TJMA, Ana Maria Gomes Serejo; e a esposa do presidente do Tribunal Marítimo, Valéria Pereira de Lima; além de servidores e servidoras da Justiça.

O INCÊNDIO DO NAVIO MARIA CELESTE

O incêndio do navio Maria Celeste, ocorrido no dia 16 de março de 1954 na costa maranhense, foi uma tragédia que ficou marcada na história do Maranhão. O acidente, que já completou 67 anos, causou bastante comoção na época. O comércio fechou as portas e uma partida de futebol teve sua renda destinada aos sobreviventes do desastre que resultou em 16 mortes, sendo 12 estivadores e quatro tripulantes.

O caso teve grande repercussão nos jornais, à época, a exemplo do periódico maranhense "Jornal do Povo", e foi tema do livro "Maria Celeste da Terra e do Mar", romance do escritor Waldemiro Viana, membro da Academia Maranhense de Letras (AML).

Construído em 1944, no Estado do Texas, nos Estados Unidos (EUA), o navio era, inicialmente, um bólido de guerra. Após o fim da 2ª Guerra Mundial, em 1946, a embarcação foi vendida e chegou a Brasil, onde recebeu o nome de Maria Celeste. O navio começou a servir como uma embarcação cargueira, que transportava tambores cheios de gasolina e óleo diesel, e era de propriedade da Companhia de Navegação de São Paulo.

Em 16 de março de 1954, vários barris de gasolina que se encontravam no interior do navio explodiram, a poucos metros da antiga rampa Campos Melo, hoje, cais da Praia Grande, nas proximidades do Palácio dos Leões, em São Luís. Até hoje não foi confirmada a causa exata do incêndio.

Relatos históricos apontam que teria ocorrido um problema elétrico junto ao mastro principal, e que no navio havia querosene e gasolina de aviação, além de muitos galões acondicionados neste local. Um deles teria apresentado um vazamento que não foi percebido pela equipe de manutenção e uma possível faísca provocada por algum curto teria iniciado o incêndio que tomou de conta do navio. A fumaça gerada pela explosão podia ser vista a quilômetros da Beira-Mar. O navio ficou três dias em chamas até naufragar. O mastro da embarcação podia ser visto até a década de 1980, quando foi finalmente retirado do local.

PROCESSO

O processo original sobre o caso foi microfilmado e incinerado em virtude de normas existentes à época. Agora, por meio de uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, que solicitou ao presidente do Tribunal Marítimo, vice-almirante, Wilson Pereira de Lima Filha, uma cópia autêntica do Processo nº 2.643/1954, referente ao incêndio do navio Maria Celeste, o Acervo do Museu do TJMA, prestes a ser inaugurado, contará com os autos do inquérito e servirá como uma fonte de consulta e em instrumento motivacional para as gerações futuras.